



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONJUNTA - CONSELHO DE ÉTICA / RELAÇÕES EXTERIORES / DIREITOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1866/07	DATA: 25/10/2007
INÍCIO: 09h56min	TÉRMINO: 11h41min	DURAÇÃO: 01h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h46min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

HANS KÜNG – Teólogo suíço.  
FERNANDO DE ARAÚJO – Representante da Universidade Católica de Brasília, ISB.  
CLAUDETE ARAÚJO – Representante do Instituto São Boaventura e do CEILA.  
LOURIVA SILVA DA CRUZ – Representante do ISB.  
ATHOS ATHIÉ – Representante da Universidade Católica de Brasília.  
CARLOS JANNES – Representante do Centro Cultura de Brasília.

SUMÁRIO: Debate da temática *Ética e Globalização*.

OBSERVAÇÕES

Reunião de audiência pública conjunta do Conselho de Ética e das Comissão de Relações Exteriores e de Direitos Humanos.  
Houve exposição em alemão com tradução.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Bom dia a todos os presentes.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, declaro abertos os trabalhos da presente audiência pública conjunta que tem a finalidade de debater a temática *Ética e Globalização* com o ilustre expositor Hans Küng, teólogo suíço.

*“Hans Küng nasceu em 1928 e se destaca internacionalmente desde a sua participação no Concílio Vaticano II. A gama de temas abordados por S.Sa. vão desde questões específicas de Teologia até discussões autorizadas em Política Internacional, Economia, Filosofia e Ciências Naturais.*

*Em 1960, tornou-se professor titular da Universidade de Tübingen. Até 1980 esteve ligado à Faculdade de Teologia Católica, mas as dificuldades com o Vaticano resultaram em uma proibição de docência que, no entanto, foi contornada pela universidade alemã com a criação do Instituto de Pesquisa Ecumênica.*

*Hans Küng coordenou academicamente o Instituto até o seu afastamento emérito da instituição em 1990. Nesse mesmo ano lançou o livro Projeto de Ética Mundial, de ampla repercussão junto à opinião pública.*

*Em 1995, criou-se a Fundação de Ética Mundial, com estímulo e suporte financeiro do Conde Karl Konrad von der Groeben. Esse apoio viabilizou atividades de repercussão internacional em pesquisa e difusão da idéia de uma ética mundial para a sociedade globalizada, fundamentada no cerne ético de cada uma das grandes religiões mundiais e no diálogo e encontro entre as religiões.*

*Após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, e das guerras que os sucederam,*



*evidenciou-se ainda mais a urgência do tema, e Hans Küng integrou o conselho de notáveis sobre o assunto designado pela ONU, mantendo intenso diálogo e cooperação com o então secretário-geral Kofi Annan.*

*A obra de Hans Küng compreende mais de 15.000 páginas, além de centenas de artigos e capítulos em coletâneas sobre sua produção bibliográfica; compreende 62 livros, a maioria deles com traduções para outras línguas, em milhões de exemplares difundidos em todo o mundo. No Brasil, várias de suas obras estão traduzidas, entre as quais, de publicação mais recente: Uma ética global para a política e economia mundiais (Vozes, 1999), Religiões do mundo (Verus, 2004), Por que um ethos mundial? (Loyola, 2005), Freud e a questão da religião (Verus, 2006), O princípio de todas as coisas: ciências naturais e religião (Vozes, 2007)".*

Estão conosco à Mesa, e aproveitamos para saudá-los, os nobres Deputados João Paulo Cunha, do Estado de São Paulo, ex-Presidente desta Casa; Carlos Augusto Abicalil, do Estado de Mato Grosso, região do Cerrado; Chico Alencar, do Estado do Rio de Janeiro.

Estão aqui também representadas diversas lideranças de igrejas, de movimentos ecumênicos de Brasília e jornalistas.

Contamos também com a presença do nobre Deputado Leonardo Monteiro, do Estado de Minas Gerais; de assessores de gabinetes; do Dr. Valério.

Sejam todos bem-vindos!

Vamos passar a palavra ao expositor, por 20 minutos.

Dado o interesse pelo debate, além dos Srs. Deputados, outras pessoas poderão usar a palavra para fazer indagações ao nosso conferencista. Trata-se de uma dádiva tê-lo aqui conosco. Conforme verificamos com a leitura do resumo da sua biografia, a presença deste grande teólogo suíço, reconhecido mundialmente, é muito importante para nós, integrantes de igrejas.



Seja bem-vindo, Prof. Hans Küng! V.Sa. tem a palavra por 20 minutos. Depois, vamos ouvir as intervenções dos Srs. Deputados, todas elas no limite de 3 minutos.

Registro ainda a presença do ilustre Deputado Dr. Rosinha, do Paraná, e da Deputada Maria do Carmo Lara, de Minas Gerais.

Gostaria de registrar também que esta é uma reunião conjunta das Comissões de Direitos Humanos e Minorias — estamos representando o Presidente, Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, que teve de fazer uma viagem para tratar de denúncias de violação de direitos humanos —; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, cujo Presidente, Deputado Vieira da Cunha, não está presente também por motivo de viagem; e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presidido pelo Deputado Ricardo Izar. Estão aqui os Secretários e os Assessores dessas Comissões.

Será um prazer imenso ouvir a palestra do nosso conferencista, Sr. Hans Küng.

**O SR. HANS KÜNG** - (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Excelências, senhoras e senhores, caros amigos, a política é uma tarefa difícil, é mais uma arte do que uma ciência. E a relação entre política e moral sempre foi muito difícil.

Alguns me disseram: “Quando o senhor vier a Brasília, fale de tudo, menos de moral”. (risos) Eu, no entanto, tenho opinião exatamente contrária: de que aqui no Parlamento que se precisa falar de moral. A razão é muito simples: a credibilidade da democracia depende da credibilidade dos seus representantes, do seu Parlamento, do sistema do governo.

E isso vale também para a maior democracia do mundo, que neste momento goza de muito pouca credibilidade não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, dado que o seu representante maior mentiu nesses últimos tempos. Mas, graças a Deus, existe uma outra América, e não apenas essa de W. Bush.

Para mim, foi uma grande alegria, na minha primeira grande viagem de conferências, nos Estados Unidos, ter sido recebido ao final pelo Presidente Kennedy, que era o líder exatamente desse *front* novo, de uma nova Igreja Católica. Era o tempo em que os Estados Unidos talvez houvessem gozado da maior credibilidade junto à Europa e também junto ao mundo.



Se comparamos a atuação do Presidente Kennedy com a atuação de George Bush, precisamos lembrar da crise de Cuba.

Em relação à possibilidade de que se lançassem mísseis sobre Cuba, Kennedy foi muito prudente e disse que não toleraria esse ato de violência. E ele resistiu muito fortemente contra militares que lhe diziam que havia a maior possibilidade de ter vitória militar sobre Cuba. Mas Kennedy conseguiu se impor e impediu que os mísseis fossem lançados e também possibilitou, com isso, que Kruschev, na época, pudesse fazer as declarações que fez e que começasse também uma série de mudanças dentro do bloco soviético.

Se comparamos agora com as atividades de Bush Júnior, ele fez exatamente o contrário: atacou um país com base em uma mentira, mesmo sabendo, depois das comprovações das Comissões da ONU, que eram presididas por Hans Blix, que não havia armas de destruição em massa nesse país e também depois de saber muito bem que não havia vinculações com a Al-Qaeda.

Hoje, a população dos Estados Unidos está convicta de que Bush conduziu o país à guerra do Iraque baseado em mentiras.

E aí vocês vêm como essa questão da veracidade é decisiva na política.

Existem outros teóricos que dizem, no entanto, como Henry Kissinger, que existe de fato uma moral diferente para o cidadão normal e para a política.

Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano, escreveu um volume bastante amplo sobre essa questão, defendendo essa divisão entre uma moral da política e uma moral do cidadão normal. Eu pude discutir com ele durante 3 ocasiões, longamente, e disse a ele que, na verdade, a sua lógica correspondia a uma lógica maquiavélica. E nós vimos o tipo de consequência que isso teve também na ação política de Kissinger no Chile, no Laos.

Para mim foi uma honra ter colaborado com o Interaction Council, em que vários Chefes de Estado discutiram sobre essa questão.

O Interaction Council foi uma iniciativa tomada pelo líder político Fukuda, do Japão. Participaram também Helmut Schmidt, ex-Chanceler da Alemanha e até hoje Presidente do Interaction Council; pelo Brasil, participou José Sarney, ex-Presidente brasileiro; o México foi representado por de La Madrid; Jimmy Carter estava



representando os Estados Unidos. Todas essas pessoas se ocuparam com esta questão: se é permitido ao homem de Estado mentir.

A solução a que chegou esse Conselho está expressa num documento. E é uma posição muito equilibrada: que naturalmente se diz que o homem de Estado não pode mentir, mas se associa a isso também a discrição, a realidade de não se poder dizer tudo a todo momento.

Vocês ouvirão agora a forma desse art. 12 da Declaração dos Deveres do Homem tal como ele foi formulado pelo Interaction Council: *“Todos têm o dever de falar e agir com verdade. Ninguém, por mais elevado ou poderoso que seja, deve mentir. O direito à privacidade e ao sigilo pessoal e profissional deve ser respeitado. Ninguém é obrigado a dizer toda a verdade a todas as pessoas o tempo todo”*.

E seria muito interessante que também aqui essa declaração do Interaction Council pudesse ser distribuído, discutido, talvez a partir da própria Comissão de Direitos Humanos.

Kofi Annan já propôs a aceitação dessa declaração de maneira oficial pela ONU, mas há necessidade de que ela seja proposta por 3 Governos. E a isso não se chegou ainda. Mas ainda se espera que essa declaração seja submetida à Assembléia Geral da ONU.

E, a partir disso, as senhoras e os senhores podem perceber o que a ética mundial é e também o que ela não é. A ética mundial não é uma ideologia ou uma superestrutura proposta pelo Ocidente. A proposta de ética mundial não torna nenhuma religião e nenhuma visão de mundo supérflua. Seria ridículo, se a ética mundial quisesse substituir a Torá, o Sermão da Montanha, o Alcorão, o Bagavagita, os discursos de Buda ou então os ditos de Confúcio.

E, formulada agora de maneira positiva, a ética mundial pretende ser esse mínimo necessário de valores, parâmetros e posições básicas que são imprescindíveis para que seja possível o convívio humano numa família. Ou seja, é muito claro que nenhuma família, nenhuma classe escolar, nenhum escritório ou empresa, nação alguma consegue viver sem princípios básicos de moralidade e de ética.

O melhor exemplo para a ética mundial é o futebol. Para que o jogo dê certo, é preciso haver regras. Essas regras não são feitas para exercer repressão. As



regras são criadas, na verdade, para possibilitar que cada jogador jogue um bolão. E é claro que essas regras têm de ser globais. Elas valem para os brasileiros e para os argentinos. (*Risos.*)

Portanto, a ética mundial se trata de um consenso fundamental que pode ser defendido, assumido, por todas as religiões, por todas as posições, também por pessoas que não têm procedência religiosa.

Num país tão diverso como o Brasil, seria impensável que uma única voz determinasse esses princípios. Por exemplo: se nós tivéssemos apenas a Igreja determinando questões relativas à pílula, a contraceptivos, isso seria impensável e não poderia se sustentar numa sociedade plural como esta, numa democracia.

E, contrariamente a essa posição anterior que descrevi, o clericalismo também seria ridículo cair num secularismo total em que se negasse o valor das religiões e o papel que elas desempenham.

Eu gostaria de dizer que há, para fundamentar essa ética mundial, uma tradição muito ampla. Por exemplo: a Regra de Ouro, formulada já 500 anos antes de Cristo, por Confúcio; um dito muito conhecido por nós: *“Não faça ao outro aquilo que não queres que ele faça a ti”*.

Diante de centenas de estudantes chineses, em Pequim, todos ficaram de olhos arregalados quando eu disse: *“Vocês não precisam olhar para o Ocidente para fazer a opção pela ética mundial. Basta olhar para a sua tradição. Nas religiões chinesas, a ética mundial já está presente”*.

E, nas religiões chinesas, por exemplo, um dos princípios fundamentais que está presente é o da valorização do humano, da dignidade humana.

A Regra de Ouro também embasa um outro princípio fundamental da ética mundial, que é o princípio da humanidade, de que todo homem e que toda mulher devem ser tratados de maneira humana. Se rico, pobre, branco ou negro, todas essas diferenças que marcam as pessoas, todos devem ser tratados de maneira humana e não bestial, como inclusive tem acontecido recentemente na América do Norte.

Além desse princípio da Regra de Ouro, do princípio da humanidade, há outros 4 princípios que vocês já encontram, por exemplo, em Patanjali, o líder do



movimento da yoga, também no Budismo, no Judaísmo, no Cristianismo, no Islamismo.

O primeiro princípio é o de não mentir, que significa também que não se deve fazer falcatruas, armar mentiras em outros níveis, não apenas no nível individual e moral. E, nesse sentido, não se está falando aqui de mentirinhas. São mentiras grandes que muitas vezes também determinam conseqüências sociais.

O segundo princípio, mais fundamental ainda que o de não mentir, é o de não matar. Esse princípio, “não matar”, também tem implicações em questões como não torturar, não matar em massa, não fazer o mal ao outro. Ou, dito de maneira positiva, “*tenha temor diante da vida*”.

O terceiro princípio é o de não roubar. Mas isso também vale para as grandes estruturas, para Wall Street, onde houve falcatruas ou falsificações que trouxeram prejuízos de milhões e bilhões para muitos cidadãos.

Por isso este terceiro princípio: “*Não roube, não falsifique, não cometa falcatruas*”; ou seja, de maneira positiva, “*aja de maneira justa e honesta*”.

Finalmente, o quarto princípio, da ética mundial, que diz respeito à sexualidade. Com esse princípio, todas as grandes religiões têm dificuldades, ou seja, a igualdade entre homem e mulher.

Esse princípio já se encontra, por exemplo, entre os aborígenes na Austrália: “*Respeita o teu parceiro. Não usurpa a sexualidade*”.

Por outro lado, é preciso então destacar também que a ética mundial apregoa a moralidade, mas não apregoa o moralismo.

E por isso também, nos princípios da ética mundial, na Declaração de Ética Mundial, não há pontos polêmicos. Procura-se o consenso. E, portanto, evitam-se pontos polêmicos como a questão dos anticoncepcionais, do aborto, da homossexualidade e da eutanásia.

E, por isso, as igrejas cristãs, a Igreja Católica deveria empenhar-se aqui, não para marcar diferenças e impossibilidades de diálogo, mas para haver esse diálogo e aproximação.

A grande maioria das pessoas no Brasil também não seria favorável a um libertinismo, em que tudo vale. Também certamente precisaria haver a observância de princípios da moral.





Mas também não se quer, eu tenho certeza, uma espécie de rigorismo, uma outra posição extrema, em que se proíbe tudo; proíbe-se o uso da pílula, proíbe-se a inseminação artificial, mesmo em situações extremas, em que isso poderia ser aconselhável.

Ou seja, o projeto de ética mundial concentra-se sobre princípios consensuais, principalmente aqueles 4 princípios que nós mencionamos anteriormente.

Eu queria ainda mencionar 2 argumentos. Por que, nos dias de hoje, a ética mundial é tão importante?

Em primeiro lugar, eu gostaria de destacar a importância da ética mundial no momento da globalização. A globalização da técnica, da Ciência, da sociedade provocou também a globalização de problemas nos mercados financeiros, nos mercados de trabalho, até em questões do esporte e do meio ambiente, em questões que afetam o tráfico de drogas e também o crime organizado.

E, se a política quer resolver esses problemas, ela precisa também de um ímpeto moral, de pessoas convictas de princípios morais que sejam capazes, de fato, de resolver os problemas.

Nesse sentido, também é preciso dizer: nada de uma nova ordem mundial sem uma ética mundial.

O segundo argumento, que também diz respeito à ética mundial, é a questão dos direitos humanos.

E é muito importante, em especial para a Comissão de Direitos Humanos, que a gente veja com clareza a relação entre direitos e deveres.

O direito precisa ter como fundamento a ética. A segurança nas nossas cidades e nas nossas comunidades não pode ser comprada simplesmente com dinheiro ou então com medidas policiais e com presídios.

Numa conversa com o Presidente Roman Herzog, em Berlim, ele me disse que não há um percentual de cerca de 98% da população disposto a observar as leis. Mesmo que cá e lá ela não as observem, seria praticamente impossível manter a vigência dessas leis. O Estado não teria como financiar a Polícia, a Justiça, os próprios presídios.



Eu me lembro dos meus tempos de estudo ainda, em que se defendia o princípio *quid leges sine moribus*. Esse dito latino significa: “*De que adiantam as leis sem moral*”.

Esses princípios já estão colocados, propagados, difundidos. Por que a gente não se atém a eles? Ora, eles não são realizados porque falta a vontade ética de pôr em prática esses princípios humanos.

Bom, tem uma série também de desculpas para não realizar os direitos humanos. Tem muita gente, por exemplo, que simplesmente ignora e diz, em relação aos direitos humanos, “*não tenho nada a ver com isso*”.

Há pessoas da economia que ignoram os direitos humanos e afirmam simplesmente: “*A mim cabe apenas defender os meus próprios interesses*”.

Também há a desculpa de quem diz: “*Olha, para a questão dos direitos humanos, quem tem a responsabilidade são as igrejas, as instituições assistenciais*”.

E tem uma outra posição ainda, de quem afirma, de maneira equivocada ou mentirosa mesmo: “*Olha, nós aqui, o governo, a direção dessa empresa, o Parlamento, nós já fazemos tudo o que é possível pelos direitos humanos*”.

E de tudo isso a gente conclui que é preciso, então, para que haja a concretização dos direitos humanos, também um ímpeto, uma vontade ética para que ele se realize, torne-se realidade.

E é para isso que as igrejas, então, deveriam também aqui desempenhar um papel central: exatamente o de convencer as pessoas, ajudar a motivar as pessoas para que isso se realize.

E não se deve, por outro lado, também criar contradições artificiais entre posições religiosas e posições seculares, como muitas vezes foi o caso na história do Brasil.

É importante também dizermos que essa oposição entre esclarecimento e iluminismo e uma outra posição já está presente há muito tempo. Quando surgiu a Declaração dos Direitos Humanos, no contexto da Revolução Francesa, também já havia naquele momento numa grande parcela do Congresso que decidiu essas regras uma vontade de fazer também uma declaração dos deveres da humanidade. E foi Robespierre, exatamente o fanático da liberdade, que impediu que houvesse essa declaração, no topo da qual inclusive estaria a Regra de Ouro.



Mas, na Declaração dos Direitos Humanos de 1948, há o art. 29, ao qual temos de dar muita atenção. Ele exatamente fala das exigências justas da moralidade, da ordem pública e do bem comum universal numa sociedade democrática.

Isso remonta a uma frase de Mahatma Ghandi, que disse que o Ganges dos direitos, na verdade, desemboca no Himalaia dos deveres.

Vou encerrar com 3 frases que sintetizam o meu pensamento:

- não há paz entre as nações sem paz entre as religiões;
- não há paz entre as religiões sem diálogo e cooperação entre as religiões e as culturas;
- e não há sobrevivência para o nosso Planeta sem uma ética global.

Eu agradeço muito ao Presidente por ter tido tanta paciência comigo e me ter deixado falar tão longamente! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Agradecemos ao Dr. Hans Küng, nosso grande teólogo, a presença e a reflexão.

Registro a presença do Deputado Nazareno Fonteles.

Estão inscritos os Deputados Carlos Abicalil, Nilson Mourão e Chico Alencar; Fernando de Araújo, da Universidade Católica de Brasília; Claudete Araújo, Francelino Gomes e Lourival Silva da Cruz, do ISB; Athie, da UCB; Carlos Jannes, do Centro Cultural de Brasília.

Temos 9 inscritos. Vamos abrir a palavra a todos e, em seguida, o nosso conferencista responderá às indagações. Depois, se houver necessidade, abriremos mais uma rodada de inscrições.

Com a palavra o Deputado Carlos Abicalil, pelo PT de Mato Grosso.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ABICALIL** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, saúdo a iniciativa da Universidade Católica de Brasília, que nos possibilitou este contato com o teólogo Hans Küng, a quem dou boas-vindas.

Este cenário em que debatemos o tema é absolutamente necessitado de diálogo. Creio que o grande produto trazido pelo tema em torno da ética global é exatamente o fato de que nós, na expressão do teólogo, não tratamos da verdade em si, mas falamos de veracidade, de verossimilhança, de transparência. Portanto, estamos falando de construções fundamentadas num tensionamento fundamental da



sociedade contemporânea. É uma sociedade desigual, de competição; uma sociedade onde os fatos por onde se interpretam fatos, relações humanas e os próprios tensionamentos necessitam a cada dia serem colocados sobre a mesa, virem à luz do dia e, evidentemente, colocarem-se em debate, em diálogo.

A descrição da construção do código, do InterAction Council, apresentada aqui, demonstra ser ele um processo e não um dogma. Não é uma afirmação por si, peremptória e ponto. Os 4 condutos que nós, de tradição cristã e católica, reverenciamos, postos inclusive no Decálogo do Antigo Testamento — não mentir, não matar, não roubar e a igualdade entre gêneros (e este último indicado como ponto de tensão em todas as grandes tradições religiosas), objetivamente são, no processo histórico, objeto de tensões e disputas muito presentes. E não há lugar onde isso possa se expressar de maneira mais contundente e freqüente do que o Parlamento, em sociedades democráticas.

Por isso, se alguém em alguma ocasião afirmou ao teólogo Hans Küng que em Brasília não se deveria falar de moral, ele, com toda razão, disse: *“Aqui é que se necessita falar de moral e de ética”*. É aqui, precisamente nesta Casa, onde essas disputas devem aparecer com transparência, o que significa praticar aquela quadra de princípios norteadores cotidianamente.

Isso vai nos impelir a exercitar, por um lado, o reconhecimento das nossas diferenças, e, no caso da sociedade brasileira, para além das diferenças, enormes desigualdades, um déficit de atendimento a direitos e de responsabilidades por deveres que é secular.

Vamos nos lembrar que tivemos aqui 4 séculos de escravidão negra e indígena, muitas vezes justificada por verdades construídas a seu tempo, que ocupavam horizontes da cultura da elite dirigente, da própria formulação religiosa e que, efetivamente, a seu tempo, tinha justificações. Olhar no retrovisor esse passado nos indica correções de rumo, mas o presente nos coloca sempre frente a um debate também milenar: o que é a verdade a cada tempo? E, a partir disso, encontra-se a justiça que nos impele a modificar as leis.

Portanto, as leis não são por si só pontos finais de solução para cada problema, mas pontos de convergência e de consenso temporais e necessitam de aperfeiçoamento. Isso se aplica à nossa conduta como políticos representantes



populares, eleitos, portanto, pelo voto popular. E cada vez que avançarmos mais, creio eu, no diálogo tensionado entre o que dizemos, o que fazemos, o que prometemos, o que decidimos, com o exercício da transparência...

Devo dizer que fazer transparecer é sempre usar um duto de comunicação. Portanto, não estamos falando diretamente do fato, do ocorrido, mas de versões, daquilo que transparece. E o duto, numa democracia, na vida política, é a organização de partidos políticos.

Na tradição brasileira, num diálogo muito difícil, precisamos fazer como Parlamento, como instância de ressonância dessas disputas na sociedade, a chamada reforma política de maneira ampliada nas suas múltiplas vertentes e não apenas no tocante a organização partidária, voto proporcional, lista etc. Trata-se de democracia direta, e os instrumentos de controle da sociedade nos colocarão em confronto.

A pergunta que faria, depois dessas considerações, com todos os riscos de erro, é esta: de que maneira, dentro da construção de uma ética global, num mundo que cada vez mais avança para o instantâneo, o imediato — e, portanto, a noção de tempo e de construção parece que desaparece do horizonte de outros cenários possíveis —, a condução da vida pública, particularmente, e da representação política deve ter com referência, nessa primeira formulação do conselho, um foco de tensionamento permanente para fazer avançar?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Carlos Abicalil.

Registro a presença do Deputado Elismar Prado, de Minas Gerais.

Com a palavra o Deputado Nilson Mourão, pelo PT do Acre.

**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Meu caro Presidente Pedro Wilson...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Um momento, Deputado Nilson.

Registro a presença do querido Deputado Padre José Linhares, do Estado do Ceará, nosso coordenador. Seja bem-vindo! Faço questão deste registro devido a sua proeminência e por estar sempre conosco nas coordenações.



**O SR. DEPUTADO NILSON MOURÃO** - Era o que ia fazer, Presidente: chamar o Padre Linhares de co-presidente deste evento.

Cumprimento o teólogo Hans Küng. Há muitos anos, tive a oportunidade de ler um de seus livros sobre a Igreja. Foi seguramente um dos melhores livros que li naquele período.

Pude perceber, em sua breve conferência, muita sabedoria e acúmulo inestimável de conhecimentos, que foram repartidos conosco.

Gostaria de formular apenas uma pergunta.

Nossa geração está sendo marcada por uma contradição que nos causa grande mal-estar. De um lado, as novas tecnologias nos dão a impressão de que somos os “donos do mundo” — os celulares, os computadores, o avanço na ciência, na técnica, a conquista do espaço sideral. Tudo isso nos dá a impressão de ter o mundo a nossos pés. Por outro lado, não conseguimos resolver os problemas mais elementares da vida da Humanidade: a fome, o trabalho; vivemos ainda com doenças como malária, dengue, a par de continentes inteiros, como a África, marcados pela miséria. Povos inteiros, de um lado, extremamente ricos, e, de outro lado, povos extremamente pobres, creio que de forma que a Humanidade jamais confrontou.

Minha pergunta: que ética é possível ser trabalhada para os excluídos? que direitos eles têm efetivamente? eles podem se rebelar? que nível de ética pode ser cobrado dos que estão em cima?

Obrigado, Dr. Hans.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Nilson Mourão.

Com a palavra o Deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Minhas saudações aos patrocinadores deste grande encontro.

Sou Chico Alencar, do Rio de Janeiro, e meu partido é o PSOL — o Deputado Pedro Wilson esqueceu de dizer o nome do meu partido. Já que estamos falando de transparência... Porque citou os Deputados do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Antes citei o PSOL.

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - Está bom. Obrigado.



Fiquei muito impressionado com a brecha que esse código ético mundial em elaboração pode abrir para os mentirosos que predominam no mundo da política. O princípio da veracidade é fundamental, mas, como anotei aqui: *“Ninguém é obrigado a dizer toda a verdade a todas as pessoas o tempo todo”*.

Eu gostaria que o senhor exemplificasse que situações-limite exigiriam a discricção em relação a toda a verdade e se isso tem a ver com aquele célebre princípio weberiano que opõe a ética das convicções à ética da responsabilidade.

A segunda pergunta, e vou me ater aos 3 minutos, Presidente Pedro Wilson. Nas instituições religiosas, não quanto ao seu ideário, mas na sua hierarquia, a mentira também, inclusive na nossa Igreja Católica, não está presente com muita freqüência? Isto é, não falta ética aos administradores das grandes religiões do mundo? Belos princípios — feias práticas!

E, por fim, estes 4 elementos fundamentais — não mentir, não matar, não roubar, não discriminar —, mais do que valores “aideológicos”, universais, perenes, desde que o homem se levantou sobre 2 patinhas, eles não seriam hoje negados estrutural e ideologicamente pelo sistema capitalista hegemônico no Planeta? Há como afirmar esses valores éticos sem contestar sistemas político-econômicos?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Deputado Chico Alencar, do Partido Socialismo e Liberdade — PSOL, do Rio de Janeiro,...

**O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR** - E flamenguista! Católico e sofredor. (Risos.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Com a palavra o Sr. Fernando de Araújo, da Universidade Católica de Brasília, ISB.

**O SR. FERNANDO DE ARAÚJO** - Minha pergunta é simples: como trabalhar a ética nas escolas públicas, se no sistema público brasileiro, começando pelos próprios professores, já não se acredita mais na ética e nos direitos humanos? Como conscientizar os estudantes, principalmente no Brasil, se nossos representantes, nossos professores não acreditam mais na ética e nos direitos humanos, porque eles têm como exemplo nossos representantes, que não levam uma vida ética e moral?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - O que quer dizer ISB?



**O SR. FERNANDO DE ARAÚJO** - Instituto São Boaventura. Os franciscanos conventuais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Instituto São Boaventura — ISB. Obrigado, Dr. Fernando de Araújo, da Universidade Católica de Brasília e do Instituto São Boaventura.

Com a palavra a Sra. Claudete Araújo, também do Instituto São Boaventura e do CEILA.

**A SRA. CLAUDETE ARAÚJO** - Senhoras e senhores, também para mim é uma honra aqui estar presente com o teólogo Hans Küng, um dos meus mentores, com quem aprendi muito na minha trajetória.

Parece fácil falar em ética e diálogo. Entretanto, não é tão fácil assim. Percebemos que as sociedades, antropologicamente falando, tendem a ser fechadas no que diz respeito a sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, para preservação de suas culturas. Nesse sentido, temos um grande desafio, que o próprio Professor cita, que é justamente o diálogo entre as culturas, e que no fundo quem poderia fazer esse diálogo entre as culturas seriam as religiões.

Minha pergunta ao Professor vai justamente nesse sentido. Por um lado, as religiões podem fazer esse diálogo; por outro lado, as religiões legitimam também as culturas e as mentalidades existentes, que, por sua vez, influenciam também na elaboração dos códigos de direito, de ética, e assim por diante.

Como fazer isso na conjuntura mundial desses eixos migratórios que percebemos, dos continentes americano e africano para países de Primeiro Mundo? Como fazer isso diante dessa globalização da economia na atualidade? Quais as possibilidades desse diálogo, incluindo as religiões e, ao mesmo tempo, as grandes diferenças culturais que temos na atualidade?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Dra. Claudete Araújo.

Gostaria de registrar a presença do Deputado Elismar Prado.

Com a palavra o Sr. Lourival Silva da Cruz, também do ISB.

**O SR. LOURIVAL SILVA DA CRUZ** - Ao falar sobre ética, são perfeitamente compreendidos os direitos humanos, sobretudo o direito à vida. No entanto, se é verdade que todos devem seguir alguns parâmetros como não mentir, não matar,





como o senhor citou, eu fico sempre pensando, e posso até ser infeliz na minha comparação, mas, em relação ao poder, encontramos vários contrastes. A concepção política, por exemplo, hobbesiana, é sempre ao que me remeto, que existe a presença sempre de um leviatã; porém, a eles cabem algumas reservas. Como enxergar ética dentro desse contexto no qual nos encontramos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Sr. Lourival, do ISB.

Gostaria de registrar também a presença do ilustre Deputado Miguel Martini. Seja bem-vindo!

Com a palavra o Sr. Athos Athié, da Universidade Católica de Brasília.

**O SR. ATHOS ATHIÉ** - Partindo da máxima de existir um temor diante da vida, a quem podemos “elencar” a legalidade e a legitimidade de se discutir até que ponto existe ou não vida, ou se essa vida pode ser tirada, aqui fazendo referência ao aborto? E se podemos, nesse caso, inferir a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - O último inscrito é o Sr. Carlos Jannes, do Centro Cultural de Brasília.

**O SR. CARLOS JANNES** - Senhoras e senhores, sou padre jesuíta do Centro Cultural de Brasília, e a minha pergunta parte de seu exemplo do exercício do jogo democrático, como referido ao futebol. É verdade que o futebol representa um sonho democrático e permite que o sentimento pátrio seja recuperado, resgatado, quando a Seleção do Brasil joga em Copa do Mundo. Mas, acabando a Copa do Mundo, acaba também o sentimento pátrio. Isso porque eu creio que a verdadeira representação emblemática do jogo democrático no Brasil não seja o futebol, mas o trânsito. E o trânsito vai se revelando cada vez mais como uma realidade de convivência social caótica, porque o motorista acredita que ele cria seus direitos e redefine as leis que devem reger o bem comum; acha que pode se locomover e ir por toda parte. E, por isso, se dá o direito de não respeitar as normas.

A pergunta é: quando culturalmente isso vai sendo assimilado no cotidiano, como é possível propor uma ética mundial, enquanto a cultura hegemônica parte do direito do indivíduo e não do direito da coletividade? Então, aí não funciona a dialética direitos e deveres. Eu creio que uma ética universal, aceitando-se a



dialética direitos e deveres, assim como está proposta, está destinada ao fracasso, porque, como é possível pensar em ética mundial se cada indivíduo acredita ser a fonte e a instância de definição de direitos? E o trânsito é a melhor tela de projeção para refletir essa realidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Com a aquiescência do Teólogo Hans Küng, registro que ontem fui advertido de que deveria pronunciar “Hans King”, e acabei pronunciando como está escrito, porque o brasileiro é a pessoa que mais copia. O mexicano chega em Miami e chama de “miami”. Nós chegamos lá e dizemos “maiami”; quer dizer, nos adaptamos à língua local. Então peço desculpas porque disse “Huns Kong”. De vez em quando, fica no ar a dúvida quanto a essa ou aquela pronúncia. Mas este é o sentimento: toda pessoa que eu vejo em outros países adapta a pronúncia estrangeira à sua língua; nós, ao contrário, tendemos a nos adaptar à língua do lugar. É da nossa cultura.

Antes de passar novamente a palavra ao teólogo, sem fixar tempo, porque eu acho que uma palestra como esta é singular, ainda mais no nosso Parlamento, como disse, quero agradecer ao Deputado Abicalil e à Universidade Católica de Brasília, por tê-lo convidado e nos brindado com este momento muito importante para nós, na Câmara dos Deputados.

Vou pedir à Secretaria que recolha o texto para tirar cópias. Depois vamos ter acesso ao texto traduzido pela Comissão.

Com a palavra o Teólogo Hans Küng.

**O SR. HANS KÜNG** (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Meu nome é Küng, e a pronúncia é entre “u” e “i”: Küng! (*Risos.*) Mas Küng, em inglês, é “King”, e ele também pode dizer “King” se quiser. Quer dizer rei. É a origem da palavra. Mas não devem me chamar de John Küng, mas de Hans Küng! *Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Desculpe-me! (*Risos.*)

**O SR. HANS KÜNG** (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Antes de mais nada, meu agradecimento ao Deputado do Mato Grosso pelas coisas positivas que ele afirmou em relação ao projeto.

Uma resposta curta sobre o que o Parlamento poderia fazer pelos Deputados. Naturalmente, a gente precisa pressupor que os Parlamentares não são anjos, mas pessoas. Portanto, não se pode esperar que os Deputados façam coisas inumanas.



Sabemos que é muito difícil praticar a política aqui em Brasília. E, nesse sentido, seria então muito importante que houvesse regras muito claras para a escolha dos Deputados, e provavelmente esse documento do *InterAction Council* pode ajudar a estabelecer esses critérios para as eleições.

Eu agradeço também ao Deputado do Acre por sua pergunta. Fico contente por ele ter lido meu livro *A Igreja*, e talvez ele tenha prazer em ler *A Nova Pequena História da Igreja*, que foi editada recentemente aqui no Brasil. E a resposta seria de que esse livro demonstra como, a partir de um pequeno movimento de Jesus, construiu-se esse colosso que hoje em dia é a Igreja Católica.

De fato, há realmente essa contradição em sermos os senhores do mundo e ainda não termos resolvido problemas bem básicos. Mas aqui há uma solução possível. As dificuldades que se apresentavam na Europa, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando tudo estava destruído, eram certamente maiores do que as dificuldades que existem aqui hoje.

Naquela época, os Estados Unidos da América deram um exemplo com o plano de reconstrução da Europa. Enviaram centenas de milhões de dólares para a reconstrução europeia, para superação da fome e da miséria que lá então havia.

Se o Presidente Bush tomasse uma iniciativa semelhante com a metade da soma para uma reconstrução das regiões onde há mais miséria, certamente ele também alcançaria resultados semelhantes.

Eu não quero dizer, no entanto, que defendo a ilusão de que é possível simplesmente distribuir todos os bens do mundo de maneira igual. Mas os Parlamentos, por exemplo, podem definir muito claramente que não se gaste tanto dinheiro com armas, mas com empreendimentos importantes.

Nós enviamos centenas de milhões de euros para a África, mas, por causa da corrupção e de problemas internos, esse dinheiro foi desviado; e parte dele foi destinado à compra de armas.

Cumprimento o Deputado do Rio, que está mais à esquerda do que o PT!  
(Risos.)

Eu admito que a segunda parte do art. 12 de fato pode ser usurpada. Não há, na verdade, princípio moral algum que não possa ser usurpado. Mas me parece que temos de nos ater aos 2 princípios. Temos de nos ater ao princípio da verdade, mas



não incidir num princípio que acabe sendo o fanatismo da verdade, em que eu, a todo momento, sou obrigado a dizer aquilo que penso a todas as pessoas.

Isso também não é possível sequer para um governo. Eu me lembro, por exemplo, de uma conversa que tive com o Presidente Jimmy Carter. Ele disse, de maneira muito franca comigo, que nem sempre é possível dizer a todo momento o que estamos planejando. Às vezes, é preciso também silenciar sobre certas coisas, é preciso dar uma resposta que não seja tão completa. Mas, por outro lado, ele me disse, sem nenhum tipo de *páthos* moral, que, na sua época, não se mentia na Casa Branca.

Seria bonito se também pudéssemos dizer que na Igreja Católica também não se mente. É triste que na Igreja Católica, de fato, exista muita mentira e uma predisposição para a mentira. E o resultado da mentira permanece. Ou seja, essa presença, não apenas de mentira, mas de uma situação de se esconder a verdade, ficou muito clara, por exemplo, durante a visita do Papa, porque não houve destaque ou uma apresentação, a partir dos Bispos, da situação concreta, real, aqui no Brasil, de todos os problemas que tem, de todas as dificuldades que a Igreja aqui enfrenta.

Eu me dedico agora à pergunta do franciscano, do Boaventura, sobre a questão das escolas. Eu digo que, em uma sociedade em que há tantas origens diferentes, quando as crianças se reúnem nas salas de aula existe certamente a possibilidade de nós colocarmos as crianças, nas suas diferenças, em diálogo e trazer a elas, então, a sensibilidade para essa questão do diálogo e de princípios possíveis na adversidade. Já na pré-escola, no jardim de infância, através de atividades práticas, é possível levar às crianças o ensinamento, por exemplo, da regra de ouro: que elas não devem fazer a outras crianças aquilo que não querem que as outras crianças façam contra ela.

Os alunos um pouco mais velhos já conseguem entender muito bem que também na grande política precisa prevalecer esse princípio. Não é possível aceitar que os israelitas façam aos palestinos, a todo momento, aquilo que jamais desejariam que os palestinos fizessem a eles; ou então, também, por exemplo, o que os Estados Unidos fazem com o Iraque.

Para as escolas seria muito importante, por outro lado, que houvesse também materiais eficientes para veiculação desses princípios, o que nós agora



desenvolvemos na Alemanha, na Suíça: a Fundação de Ética Mundial. Ele pediu que eu dissesse que a Fundação de Ética Mundial tem uma série de materiais desenvolvidos, filmes, DVDs, materiais didáticos preparados para os professores, que estão à disposição, a partir da Fundação, para todo um sistema de ensino. E seria preciso também que esse tipo de material também fosse desenvolvido aqui no Brasil.

De fato, é correto que as religiões podem promover a paz, promover coisas boas; mas também é certo que elas também podem legitimar coisas erradas.

O grande desafio para as igrejas cristãs neste momento é não se aterem a regras impostas, ao modelo medieval autoritário ou insistir nisso, mas pensar o que Jesus faria, neste momento, diante dessas situações.

Por exemplo, a lei do celibato existe desde o Século XI; foi introduzida nesse período. Seria interessante que voltássemos a ter um tempo de 1 mil anos sem o celibato de novo.

No Novo Testamento, por exemplo, entendemos que Jesus não era contrário ao celibato. Lê-se, por exemplo, que os bispos deveriam, na medida do possível, ter apenas uma mulher, e não 2 ou 3. Com isso, já se estava satisfeito! (*Risos.*)

A resposta ao segundo integrante do Instituto São Boaventura é a seguinte: Hobbes defendeu o princípio do *homo homini lupus* (o homem é o lobo do homem). Isso ajudou os neocons, os neoconservadores norte-americanos, a fundamentar também o seu argumento de que defendemos uma política realista, enquanto os velhos europeus defendem uma política meramente idealista.

Essa pretensão política realista acabou, então, ocasionando a existência de milhares de mortos, milhares de fugitivos, muita miséria sobre muitas pessoas.

Portanto, é mais prudente, em vez de ler Hobbes, ler Kant, que, em um de seus escritos mais maduros, escreveu sobre a paz perpétua, em que são postos, claramente, os princípios que podem gerar paz no mundo.

Vou falar agora sobre a questão do aborto, uma pergunta muito complexa e difícil.

Como não há consenso sobre isso entre as religiões, nem dentro da própria Igreja Católica, naturalmente não se pode fazer dessa questão um elemento de



consenso na ética mundial. Mas se os senhores querem ouvir minha opinião pessoal sobre isso, posso dizer 2 ou 3 frases.

Tenho a convicção de que na sociedade brasileira não há um grande número de pessoas que considere o aborto algo inofensivo e queiram fazer do aborto, simplesmente, um método contraceptivo. Ou seja, o libertinismo nessa questão não é aceitável como uma posição extrema.

Mas, por outro lado, o rigorismo romano também não dá conta da situação. Lá seria preciso falar de maneira mais honesta sobre a longa tradição que existe no cristianismo, no debate sobre isso, e não apresentar as coisas de maneira simplificada, como se houvesse um consenso.

Gostaria, por exemplo, de lembrar a posição de Tomás de Aquino, na tradição aristotélica, que argumenta que, bem no início da vida, existe, naturalmente, vida humana, mas não existe, necessariamente, uma pessoa humana.

Seria preciso, então, ser mais honesto diante dessa discussão, debater essa questão realmente a fundo, e não ficar, insistentemente, apenas num princípio único. Existem muitas razões para que não se faça o sepultamento formal de um feto, tampouco na tradição católica.

Por isso, há muitas razões para fazer o máximo para evitar o aborto, sobretudo quando essa vida humana está num estágio de desenvolvimento avançado. Quanto mais avançado, mais se deve evitar o aborto. Então, seria necessário pensarmos que a melhor maneira de evitar o aborto é a difusão de métodos contraceptivos, não o aborto. É uma contradição imensa ser, ao mesmo tempo, contra o aborto e contra métodos contraceptivos, já que os métodos contraceptivos são a maneira mais eficiente de evitar abortos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Talmir.

Registro a presença do Deputado Lincoln Portela e do Vereador Serjão Dias, de Goiânia.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Sr. Presidente, gostaria de dizer que o palestrante está equivocado quando se refere a São Tomás de Aquino, porque no documento *De Anima* de Aristóteles há o posicionamento a que se refere o Sr. Hans Küng e não no documento *De Anima* de São Tomás de Aquino. Na *Súmula*



*Teológica*, São Tomás de Aquino, pelo contrário, diz que a vida humana está em potencial desde o início. A referência que o Sr. Hans Küng faz é à época científica de Aristóteles e não à época de São Tomás de Aquino.

O argumento do Sr. Hans Küng vai contra não só o que São Tomás de Aquino fala, bem como o Conselho Pontifício da Vida, a bioética. Isso também está provado hoje nos documentos de Michel Schooyans, da Universidade de Louvain. Surpreende-me muito essa referência equivocada.

**O SR. HANS KÜNG** (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Se houvesse mais tempo, gostaria muito de discutir longamente com o senhor.

De fato, o senhor tem razão, Tomás de Aquino diz que a vida humana está *in potentia*, mas não *in actu*. Nesse sentido, Tomás de Aquino, assume a posição aristotélica, na medida em que diz que, numa primeira fase do desenvolvimento fetal, existe apenas uma *anima vegetativa*, num segundo momento, uma *anima sensitiva* e, apenas num terceiro momento, uma *anima intellectualis*.

Podemos discutir sobre isso, mas me parece ser um ponto inquestionável que a pessoa só existe no momento em que há uma *anima intellectualis*. Não haveria a pessoa sem a presença de uma *anima intellectualis*.

**O SR. DEPUTADO DR. TALMIR** - Eu simplesmente desafiaria o palestrante a passar o documento, a referência, na íntegra, para todos os que estão neste plenário.

**O SR. HANS KÜNG** (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Tenho uma última frase. Gostaria de responder ao jesuíta do Centro Cultural de Brasília que fez a pergunta. Uma observação importante é que, de fato, o futebol só desperta sentimentos de unidade para uma nação momentaneamente. Portanto, é realmente perigoso quando desenvolvemos as nossas idéias a partir de emoções ou de grandes eventos apenas.

Na Igreja Católica, corremos muito esse risco de fazer apenas grandes eventos e festividades, que dão a impressão de que está tudo em ordem, quando, na verdade, há grandes problemas nas nossas comunidades.

Por isso, ele está coberto de razão quando aponta o problema de que precisamos de uma ética no dia-a-dia e não de uma ética pautada apenas nas



grandes emoções. Essa questão da presença da ética no dia-a-dia é fruto de um processo muito longo que se dá também na família, na educação.

Tenho certeza de que há muitos Deputados aqui no Parlamento que também dizem: *“Eu não faço tais e tais coisas erradas porque meu pai me ensinou, e eu jamais faria uma coisa assim”*. Ou seja, a ética mundial só pode, de fato, prevalecer por meio da educação e da difusão em novas gerações.

**PARTICIPANTE** - Gostaria de fazer uma última pergunta: o Instituto de Ética Mundial acompanha o Fórum Social Mundial?

**O SR. HANS KÜNG** (*Exposição em alemão. Tradução.*) - Nós também observamos as atividades do Fórum Social Mundial, mas acredito que, nesse âmbito, está-se discutindo pouco a questão da ética mundial.

Já estive no Fórum Econômico Mundial, em Davos, e lá, por exemplo, fui conclamado a me manifestar sobre quais são as possibilidades éticas das atividades econômicas.

**O SR. PAULO SOETHE** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite uma quebra momentânea de protocolo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Pois não.

**O SR. PAULO SOETHE** - Gostaria de mencionar como um dos realizadores também da visita do Prof. Hans Küng no Brasil, até em respeito à presença aqui do Centro Cultural de Brasília, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Na verdade, quem promoveu a vinda do Prof. Hans Küng foi o Instituto Humanitas, da UNISINOS, em colaboração com a Universidade Federal do Paraná.

Eu, como professor da Universidade Federal do Paraná, tendo recebido apoio absoluto da Reitoria, gostaria de dizer que a vinda dele é um momento raro de colaboração entre o Estado brasileiro, por meio de universidade federal, e uma instituição confessional.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. HANS KÜNG** - (*Exposição em alemão.*)

**O SR. PAULO SOETHE** - O Prof. Hans Küng disse que eu mereço aplauso porque, sem a minha mediação, ele não teria vindo ao Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado.





Faço referência à Universidade Católica de Brasília, ao Centro Cultural de Brasília, ao nosso querido jesuíta da Universidade do Vale do Rio dos Sinos — UNISINOS, do Rio Grande do Sul, universidade também jesuíta, à Universidade Federal do Paraná e ao Instituto Humanitas.

Agradeço a todos a presença.

Restam ainda muitas questões, mas o debate foi de fundamental importância para esta Casa, especialmente para a Comissão de Relações Exteriores, para o Conselho de Ética e para a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pois receberam essa extraordinária figura da luta pela ética, pela paz no mundo, o teólogo suíço Hans Küng. Seja bem-vindo ao Brasil e a Brasília. Vamos discutir, em todo lugar, moral, ética, porque queremos um mundo com ética, justiça e paz.

Destaco a participação dos Deputados Luiz Couto, Vieira Cunha, Ricardo Izar, Chico Alencar, do PSOL, Carlos Abicalil e Nilson Mourão, do PT, Dr. Talmir, do Partido Verde, Miguel Martini, do PHS, e do Vereador Serjão, do PT de Goiânia, e dos demais presentes.

Fomos brindados nesta primavera de outubro com essa palestra. Agradeço ao Instituto São Boaventura e ao professor toda essa contribuição e reflexão sobre temática tão importante, em Brasília, no Brasil, no mundo.

Peço uma salva de palmas ao padre e Deputado José Linhares, nosso decano. (*Palmas.*)

Bom fim de semana a todos.

Está encerrada a reunião.